



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO
DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA IX CONFERÊNCIA DO FÓRUM DOS
PRESIDENTES DOS SUPREMOS TRIBUNAIS DE
JUSTIÇA DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

**22 de Outubro de 2012
Hotel Timor
Díli**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

Exmos. Senhores Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça dos Países da CPLP e da Região Especial de Macau,
Exma. Senhora Procuradora-Geral da República,
Exmo. Senhor Defensor Público Geral,
Exmo. Senhor Ministro da Justiça,
Exmos. Senhores Embaixadores de Portugal e do Brasil,
Exmos. Senhores Juízes nacionais e Juízes Conselheiros das comitivas aqui presentes,
Distintos Convidados,

Constitui uma honra estar também aqui presente nesta cerimónia de abertura da IX Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, a qual, por se realizar em Timor-Leste, pela primeira vez, torna este evento ainda mais aliciante.

Não posso, por isso, deixar de dirigir as minhas primeiras palavras a todos quanto estiveram envolvidos na enorme tarefa de levar a cabo esta iniciativa, em particular ao Dr. Cláudio Ximenes, meu distinto amigo e Presidente do Tribunal de Recurso, a quem apresento as minhas felicitações pela preparação e planeamento desta Conferência.

Aos digníssimos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos países da CPLP e da Região Especial de Macau, bem como aos Juízes Conselheiros e restantes membros das delegações que os acompanham, faço votos para que a vossa estadia entre nós seja o mais agradável possível. Eu sei que todo o tempo será consumido pelos trabalhos que vos trazem a Timor-Leste, mas espero que possam ter oportunidade para desfrutarem algumas e ainda poucas condições de lazer que vos podemos oferecer, bem como do carinho e hospitalidade do nosso povo.

O Estado timorense é ainda muito jovem, tendo nós celebrado no passado mês de Maio o seu 10^o. Aniversário. A edificação do Estado tem sido a principal preocupação de todos, a quem tem sido entregue a responsabilidade pela condução dos destinos do País.

Não tem sido uma tarefa fácil, porque a prolongada luta deixou, dentro da sociedade, cicatrizes que demoraram a sarar, para além de que tivemos que começar toda a máquina institucional e administrativa, a partir do nada e sem qualquer tipo de experiência de governação. A tudo isso acrescia também a falta de um ordenamento jurídico coerente e actualizado e a inexistência de quadros timorenses formados e capazes de assumirem a difícil tarefa da administração e da justiça.

Continuamos assim orientados a melhorar a administração pública, em todas as instituições do Estado, prestando a melhor atenção para a capacitação dos recursos humanos, a todos os níveis.

Desde o início também que assumimos a consciência de que uma correcta administração da justiça é essencial para a afirmação da Nação como

Estado independente e soberano. A justiça e o crescimento económico e social possuem uma relação muito grande, porque dependem um do outro para se poder atingir, com êxito, a meta da melhoria das condições de vida do Povo.

Sem uma justiça imparcial e célere não é possível obter-se a paz social, condição indispensável para que a economia possa desenvolver-se.

O crescimento económico e social, no nosso país, vai depender enormemente do investimento privado, nacional ou externo, e só haverá investimento em grande escala quando existir confiança plena num sector de justiça capaz de, com objectividade, isenção e rapidez, resolver possíveis conflitos daí resultantes.

Apostámos e vamos continuar a apostar na construção de um sistema de justiça que terá que estar mais ajustado às nossas próprias características de Estado em construção, mas perfeitamente adequado aos parâmetros internacionais da comunidade de países respeitadores da liberdade individual, na qual, orgulhosamente, nos inserimos.

Não hesitámos, assim e logo no início, em nos socorrer da generosa ajuda dos países amigos, maioritariamente dos falantes de língua portuguesa, que logo se prestaram no apoio à concepção de um edifício jurídico justo e eficaz.

Os países da CPLP, com particular destaque para os nossos irmãos de Portugal, Brasil e Cabo Verde, têm sido os principais parceiros em recursos humanos e materiais, o que nos permitiu dispor já de uma quantidade e qualidade significativa de juizes, procuradores e defensores públicos.

Se, numa primeira fase, este tipo de cooperação se materializou preferencialmente no exercício de funções executivas, com os magistrados internacionais a desempenharem as tarefas inerentes à administração directa da justiça, medida sem a qual não teria sido possível pôr os tribunais em funcionamento, pretende-se agora dar um novo rumo a esta colaboração, visando que os timorenses assumam na plenitude todo o trabalho próprio da carreira que abraçaram.

É chegada a hora, o que progressivamente tem vindo a ser já implementado, de os magistrados e defensores públicos timorenses realizarem, por si só, todos os trabalhos para os quais receberam formação, desde a fase de instrução ao julgamento, contando com os seus colegas internacionais para o necessário suporte em termos de assessorias.

Naturalmente que queremos continuar a contar com o apoio dos países e territórios de língua portuguesa, para a prossecução deste objectivo, numa cooperação bilateral assente na vontade da partilha de conhecimentos entre povos que se exprimem na mesma língua.

Daí, para nós, a importância deste evento se realizar em solo timorense. Muito gostaríamos que no final das sessões de trabalho, que terão início dentro de momentos, saiam decisões que reflectam o desejo de um reforço significativo

de cooperação entre os vários tribunais dos países aqui presentes, permitindo-se, assim, caminhar na direção de um sistema de justiça mais humano e com elevados padrões de qualidade e profissionalismo.

A participação dos nossos juízes nesta conferência vai possibilitar-lhes desenvolver as suas capacitações e reforçarem a consciência da necessidade imperiosa de agirem sempre com total independência e com o elevado sentido de servir os superiores interesses da Nação.

Apelo, pois, ao empenhamento participativo dos magistrados timorenses neste Fórum, tirando, dessa forma, partido dos ensinamentos que podem, e devem, ser transmitidos por parte daqueles que são mais experientes e muito têm para ensinar.

Faço votos para que a presente conferência obtenha o sucesso que todos aspiramos, desejando aos nossos distintos convidados, uma vez mais, as boas-vindas a este País que vos recebe como irmãos.

É com uma sincera satisfação que aqui vos acolhemos.

Muito obrigado